

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
849.823 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: HERMELINA ELIETE CARUSO DE MORAES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO.
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.
REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO
ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RE 606.199-RG.
REENQUADRAMENTO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCURSIONAMENTO NO
CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 279 E
280 DO STF. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES.
IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPROVIDOS.**

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
849.823 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: HERMELINA ELIETE CARUSO DE MORAES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos por HERMELINA ELIETE CARUSO DE MORAES e Outros contra acórdão que possui a seguinte ementa:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RE 606.199-RG. REENQUADRAMENTO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS Nº 279 E Nº 280 DO STF.

1. O servidor público não possui direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos e à reestruturação da carreira, desde que eventual modificação introduzida por ato normativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não viole a irredutibilidade salarial, consoante reafirmação da jurisprudência desta Corte feita pelo Plenário nos autos do RE 606.199-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 13/2/2009.

2. O reenquadramento do servidor público, previsto na Lei

ARE 849823 AGR-ED / SP

Complementar Estadual nº 1.080/2008, quando aferido pelas instâncias ordinárias, encerra a análise de norma infraconstitucional local e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

3. A violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional local torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor do Enunciado da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal, verbis: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

4. O recurso extraordinário não se presta ao exame de questões que demandam revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, adstringindo-se à análise da violação direta da ordem constitucional.

5. In casu, o acórdão recorrido assentou: “SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Advento da LCE 1080/08 – Pretensão ao restabelecimento das referências e graus que possuíam anteriormente à edição da nova lei – Inadmissibilidade – Ademais, redução dos proventos não demonstrada – Inexistência de direito adquirido ao regime jurídico até então vigente – Sentença de improcedência – Recurso não provido.”

6. Agravo regimental DESPROVIDO.”

Inconformados com a decisão supra, os embargantes interpõem o presente recurso, alegando, em síntese:

“Diante do decidido neste importante precedente firmado sob a sistemática de repercussão geral, o Ministro Ricardo Lewandowski nos autos do AG REG. no REXT com Agravo nº 797.477 (DOC. 03) - processo cujo objeto é idêntico ao presente - deu parcial provimento ao recurso extraordinário dos servidores públicos do Estado de São Paulo, a fim de permitir a avaliação dos requisitos objetivos decorrentes do tempo de serviço e titulação, para verificar-se o direito de ter os proventos reajustados em condições semelhantes aos servidores da ativa.

No mesmo sentido, importante citar a decisão proferida pelo eminente Ministro Teori Zavascki no julgamento do Ag.Reg. no Recurso Extraordinário com Agravo/RJ nº 830.328 (DOC. 04), que ao apreciar o agravo interno interposto pelos servidores públicos

ARE 849823 AGR-ED / SP

fluminenses reconsiderou sua decisão anteriormente proferida, para negar provimento ao recurso extraordinário do Estado do Rio de Janeiro e manter o acórdão do Tribunal de Justiça onde era determinado o reenquadramento dos Autores ao último patamar da carreira por isonomia, tendo em vista o julgamento do mérito do RE 606.199.

Por tanto, fica claro que a manutenção da improcedência do pedido vai de encontro com o decidido no recurso extraordinário nº 606.199 – PR (Tema nº 439 de Repercussão Geral).” (Fls. 461-462)

É o relatório.

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
849.823 SÃO PAULO**

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Não merecem acolhida as pretensões dos embargantes.

O acórdão hostilizado, ao contrário do alegado pelos embargantes, enfrentou os argumentos trazidos nas razões do agravo regimental, ao demonstrar que o Plenário desta Corte, nos autos do RE 606.199-RG, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 13/2/2009, firmou entendimento no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, não havendo falar, portanto, de direito adquirido à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos e à reestruturação da carreira, desde que eventual modificação introduzida por ato normativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não viole a irredutibilidade salarial.

Demais disso, cumpre ressaltar que os precedentes indicados pelos embargantes não se aplicam ao caso *sub examine*, tendo em vista que a aplicação dos critérios objetivos quando do reenquadramento do servidor só diz respeito aos servidores que já se encontram inativos, em decorrência do artigo 40, § 8º, da Constituição (redação anterior à da EC nº 41/03).

Ressalto que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, consoante dispõe o artigo 535 do CPC. No caso concreto, não se constata nenhuma das hipóteses ensejadoras dos embargos de declaração, eis que a decisão embargada apreciou as questões suscitadas no recurso extraordinário, em perfeita consonância com jurisprudência pertinente, por isso não há se cogitar do cabimento da oposição destes embargos

ARE 849823 AGR-ED / SP

declaratórios.

Assevere-se, por fim, que os restritos limites dos embargos de declaração não permitem re julgamento da causa. Ademais, o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição ou omissão do julgado, o que não se aplica ao caso *sub examine* pelas razões acima delineadas.

Nesse sentido, confirmam-se, à guisa de exemplo, os seguintes julgados da Suprema Corte, *verbis*:

“EMBARGOS DECLARATÓRIOS INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DESPROVIMENTO. Uma vez voltados os embargos declaratórios ao simples re julgamento de certa matéria e inexistente no acórdão proferido qualquer dos vícios que os respaldam omissão, contradição e obscuridade, impõe-se o desprovemento.” (AI 799.509-AgR-ED, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe de 8/9/2011).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- Os embargos de declaração destinam-se , precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. A inocorrência dos pressupostos de embargabilidade, a que se refere o art. 535 do CPC, autoriza a rejeição dos embargos de declaração, por incabíveis.” (RE 591.260-AgR-ED, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 9/9/2011).

Ex positis, **DESPROVEJO** os embargos de declaração.

É como voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 849.823

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

EMBTE.(S) : HERMELINA ELIETE CARUSO DE MORAES E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 6.10.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma